



## **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EDUCAÇÃO POPULAR E GÊNERO: REFLETINDO SOBRE EXPERIÊNCIAS FEMINISTAS TRANSFORMADORAS**

Felipe da Silva Justo<sup>1</sup>  
Caroline Terra de Oliveira<sup>2</sup>  
Maria Odete da Rosa Pereira<sup>3</sup>

### **Resumo**

Este artigo analisa a interseção entre Educação Ambiental Crítica e Educação Popular a partir de uma perspectiva feminista e decolonial. A investigação foca em como o protagonismo de mulheres pescadoras artesanais constrói alternativas de resistência ao modelo neoliberal-extrativista, examinando dois casos paradigmáticos na América Latina: o coletivo *Pañuelos en Rebeldía* (Argentina), que articula arte, feminismo e formação política; e o Projeto de Educação Ambiental PEA FOCO (Brasil), que promove o empoderamento, a organização comunitária e o reconhecimento profissional de mulheres na cadeia produtiva da pesca no Norte Fluminense. A metodologia, de caráter qualitativo, fundamenta-se em revisão bibliográfica crítica e análise teórica de experiências concretas, ancoradas no pensamento de Freire, Korol e Leff. Os resultados demonstram que a integração entre pedagogias feministas, economia solidária e defesa territorial não apenas visibiliza e valoriza os saberes tradicionais femininos, mas também gera formas concretas de organização contra-hegemônica. Conclui-se que a participação ativa de mulheres – sobretudo negras, indígenas e em condição de vulnerabilidade social – é fundamental para a construção de uma justiça socioambiental que enfrente, simultaneamente, o patriarcado, o racismo e a exploração capitalista da natureza.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental Crítica; Educação Popular; Feminismo; Pesca Artesanal; Justiça Socioambiental.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, felipe.sjusto@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação Ambiental, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, caroline.terraoliveira@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil, mariaodetedarosapereira@gmail.com

## ENVIRONMENTAL EDUCATION, POPULAR EDUCATION, AND GENDER: REFLECTING ON TRANSFORMATIVE FEMINIST EXPERIENCES

### Abstract

This article analyzes the intersection between Critical Environmental Education and Popular Education from a feminist and decolonial perspective, investigating how the leadership of women artisanal fishers constructs alternatives of resistance to the neoliberal-extractivist model. The research examines two paradigmatic cases in Latin America: the collective *Pañuelos en Rebeldía* (Argentina), which articulates art, feminism, and political formation, and the Environmental Education Project PEA FOCO (Brazil), an environmental education initiative that promotes the empowerment, community organization, and professional recognition of women in the fishing production chain in Northern Rio de Janeiro state. The methodology, qualitative in character, is based on a critical bibliographic review and theoretical analysis of concrete experiences, anchored in the thought of Freire, Korol, and Leff. The results demonstrate that the integration of feminist pedagogies, solidarity economy, and territorial defense not only makes traditional female knowledge visible and valued but also generates concrete forms of counter-hegemonic organization. It is concluded that the active participation of women – especially Black, Indigenous, and poor women – is fundamental for building socio-environmental justice that simultaneously confronts patriarchy, racism, and the capitalist exploitation of nature.

**Keywords:** Critical Environmental Education; Popular Education; Feminism; Artisanal Fishing; Socio-Environmental Justice.

## EDUCACIÓN AMBIENTAL, EDUCACIÓN POPULAR Y GÉNERO: REFLEXIONES SOBRE EXPERIENCIAS FEMINISTAS TRANSFORMADORAS

### Resumen

Este artículo analiza la intersección entre la Educación Ambiental Crítica y la Educación Popular desde una perspectiva feminista y decolonial, investigando cómo el protagonismo de mujeres pescadoras artesanales construye alternativas de resistencia al modelo neoliberal-extractivista. La investigación examina dos casos paradigmáticos en América Latina: el colectivo *Pañuelos en Rebeldía* (Argentina), que articula arte, feminismo y formación política, y el Proyecto de Educación Ambiental PEA FOCO (Brasil), una iniciativa de educación ambiental que promueve el empoderamiento, la organización comunitaria y el reconocimiento profesional de mujeres en la cadena productiva de la pesca en el Norte Fluminense. La metodología, de carácter cualitativo, se basa en la revisión bibliográfica crítica y el análisis teórico de experiencias concretas, ancladas en el pensamiento de Freire, Korol y Leff. Los resultados demuestran que la integración entre pedagogías feministas, economía solidaria y

defensa territorial no solo visibiliza y valora los saberes tradicionales femeninos, sino que también genera formas concretas de organización contrahegemónica. Se concluye que la participación activa de mujeres –sobre todo negras, indígenas y pobres– es fundamental para la construcción de una justicia socioambiental que enfrente simultáneamente el patriarcado, el racismo y la explotación capitalista de la naturaleza.

**Palabras-clave:** Educación Ambiental Crítica; Educación Popular; Feminismo; Pesca Artesanal; Justicia Socioambiental.

## Introdução

A crise socioambiental do século XXI, marcada pela intensificação do modelo neoliberal-extrativista, coloca em evidência não apenas os limites ecológicos do planeta, mas também as profundas injustiças sociais a ele associadas. Na linha de frente desses conflitos, encontram-se as populações tradicionais do litoral, cujos modos de vida e subsistência estão intrinsecamente ligados à saúde dos ecossistemas marinhos e costeiros. Entre essas populações, as mulheres pescadoras artesanais ocupam uma posição singular: são duplamente invisibilizadas, tanto pela divisão sexual do trabalho – que as confina às etapas *secundárias* do processamento e comercialização do pescado – quanto por uma Educação Ambiental de caráter tradicional, que frequentemente desconsidera seus saberes, suas lutas e seu potencial como agentes de transformação.

Este artigo parte do pressuposto de que a superação da crise socioambiental exige mais do que ajustes técnicos; demanda uma reinvenção radical das práticas educativas, capaz de articular a crítica ecológica às lutas feminista e anticapitalista. Neste contexto, propomos uma investigação que situa a interseção entre a Educação Ambiental Crítica e a Educação Popular sob uma perspectiva feminista e decolonial. Nosso objetivo é analisar como o protagonismo de mulheres pescadoras constrói alternativas concretas de resistência e organização contra-hegemônica, desafiando as lógicas predatórias do modelo vigente.

Para iluminar esse processo, o artigo se debruça sobre duas experiências paradigmáticas na América Latina: o coletivo *Pañuelos en Rebelión*, na Argentina, que encarna uma pedagogia feminista rebelde ao aliar arte, formação política e ações diretas; e o Projeto de Educação Ambiental PEA FOCO, no Brasil. Esta última, embora situada no âmbito do licenciamento ambiental da indústria petrolífera, consolidou-se como um potente espaço de empoderamento, reconhecimento profissional e fortalecimento comunitário para mulheres na cadeia produtiva da pesca no Norte Fluminense.

A metodologia adotada, de caráter qualitativo, baseia-se em uma revisão bibliográfica crítica e na análise teórica dessas experiências, ancorando-se no pensamento de Paulo Freire,

Claudia Korol e Enrique Leff. Através deste estudo, buscamos demonstrar que a integração entre pedagogias feministas, economia solidária e defesa territorial não apenas visibiliza e valoriza os saberes tradicionais, mas gera formas de organização fundamentais à construção de uma justiça socioambiental verdadeiramente inclusiva, capaz de enfrentar, de forma interseccional, o patriarcado, o racismo e a exploração capitalista da natureza.

## **METODOLOGIA**

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, orientada por uma perspectiva teórico-conceitual e analítico-descritiva. A investigação estrutura-se em uma revisão bibliográfica crítica e não sistemática, alicerce para a análise teórica de experiências concretas de Educação Popular e Educação Ambiental. O trabalho opera em dois eixos principais de análise: 1. Análise Teórica: Realizou-se um levantamento e exame da produção acadêmica e militante nas áreas de Educação Ambiental Crítica, Educação Popular, Feminismos e Ecologia Política. Para isso, mobilizam-se referenciais fundamentais como Paulo Freire (educação libertadora), Claudia Korol (pedagogia feminista), Enrique Leff (racionalidade ambiental) e Danièle Kergoat (divisão sexual do trabalho), visando construir um marco teórico robusto em diálogo com a realidade empírica investigada; 2. Análise de Experiências Emblemáticas: O corpus da pesquisa é composto pela investigação aprofundada de dois casos considerados paradigmáticos: o coletivo argentino *Pañuelos en Rebeldía*, analisado a partir da produção bibliográfica e de seus princípios político-pedagógicos declarados; e o Projeto de Educação Ambiental PEA FOCO, examinado com base em relatórios, documentos oficiais e literatura acadêmica documental de sua atuação, metodologia e resultados.

A pesquisa caracteriza-se pelo enfoque interseccional, considerando as categorias de gênero, raça e classe como centrais à compreensão das opressões e das estratégias de resistência. O procedimento metodológico consistiu na identificação, seleção e análise crítica de fontes bibliográficas (livros, artigos, teses e documentos institucionais), permitindo uma discussão fundamentada sobre como as práticas educativas analisadas desafiam as estruturas dominantes e constroem alternativas de transformação social a partir do protagonismo feminino nas comunidades. Por se tratar de um trabalho em andamento, esta metodologia oferece a base para futuros desdobramentos empíricos e aprofundamentos teóricos.

## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E EDUCAÇÃO POPULAR: O PAPEL HISTÓRICO DAS MULHERES NA LUTA PELA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**

O movimento ambientalista, conforme aponta Loureiro (2004), ganha caráter público de forma consolidada no início da década de oitenta no Brasil, especificamente, em regiões como o Rio Grande do Sul, ainda que a partir de um viés naturalista e conservador. Essa característica se expressa nos inúmeros projetos ligados a setores governamentais e do campo da produção científica no país que, à época, eram voltados à conservação das áreas naturais sob um viés comportamentalista e tecnicista. Essa peculiaridade reverberou na concepção hegemônica da Educação Ambiental de caráter conservador, presentes, em um primeiro momento, nos projetos vinculados aos órgãos administrativos e públicos do meio ambiente ao invés de ser objeto de estudo e debate integrado ao sistema educativo.

Esse período, marcado pelas políticas econômicas dos sucessivos governos militares no Brasil, caracterizou-se pela ausência da questão ambiental nas agendas governamentais, visto que o tema conflitava com o projeto desenvolvimentista almejava para os países do Terceiro Mundo. Paralelamente, a temática também não integrava o debate das lutas populares; a preservação da natureza era entendida como uma pauta restrita aos movimentos de classe média, desvinculada dos problemas e desafios vivenciados a classe trabalhadora. Para ilustrar este quadro, Loureiro (2004) observa que a Educação Ambiental não incluía a participação popular nas definições das estratégias e diretrizes governamentais que eram elaboradas no início dos anos 1980. Tais elementos conjunturais, acarretaram diversas problemáticas que trouxeram consequências para a construção de uma Educação Ambiental de base popular, fundada na gestão coletiva e participativa dos bens ambientais.

Especialmente, a partir da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro em 1992, que a Educação Ambiental passou a ser devidamente reconhecida e amplamente difundida no Brasil. De acordo com Freitas e Noronha (2023), essa conferência, conhecida como a Rio Eco-92, impulsionou a sociedade brasileira, sobretudo as classes médias urbanas com caráter progressista, “começaram a estabelecer mobilizações organizadas por entidades, Organizações Não Governamentais (ONGs) e associações para exigir políticas públicas ecológicas e definir novas perspectivas de participação no cenário político nacional sobre a questão ambiental” (Freitas; Noronha, 2023, p. 191). No que tange à participação feminina na preservação ambiental, conforme estabelece o Princípio 20 da Conferência Eco-92: “as mulheres têm um papel vital no gerenciamento do meio ambiente e no desenvolvimento. Sua participação plena é, portanto, essencial para se alcançar o desenvolvimento sustentável” (Organização das Nações Unidas, 1992).

Quanto à emergência de movimentos sociais mobilizados pela questão ambiental, situam-se a Educação Ambiental e a Educação Popular como campos integrados de conhecimento e atuação política, incorporando a relevante perspectiva do ecofeminismo. Historicamente, observa-se uma relação estreita entre os movimentos ambientalistas e as lutas feministas, os quais reivindicam a reconstrução das relações de gênero aliadas à preservação ambiental. Tais frentes pautam-se no questionamento e na denúncia das atuais formas de governo, produção, consumo e degradação da natureza. No que se refere às raízes do ecofeminismo enquanto movimento social aliado às questões ambientais, Puelo (2019) aponta como elemento histórico relevante o impacto de um estudo “antropológico sobre a relação entre as mulheres e a natureza, o interesse de algumas pensadoras e ativistas feministas na ciência da ecologia e nas projeções demográficas e ambientais que previram um futuro catastrófico para a humanidade” (Puelo, 2019, p. 164). A autora salienta que foi Françoise d’Eaubonne quem, em 1974, cunhou o termo *écofeminisme*, relacionando o processo de submissão das mulheres à maternidade forçada ao problema contemporâneo da superpopulação (Puelo, 2019).

Desse modo, o ecofeminismo, entendido enquanto movimento histórico de luta e atuação política, defende que há um entrelaçamento entre as causas da exploração ambiental e os fatores que geram a opressão das mulheres. Tal fenômeno é resultado do contexto de desenvolvimento político e econômico capitalista que tem, em sua base, um modelo patriarcal de sociedade. Conforme aponta Sauv  (2005) ao debater a corrente ecofeminista, destaca-se a estreita relação entre a dominação das mulheres e a exploração ambiental, enfatizando a urgência do ecofeminismo como movimento de transformação social e política. Para a autora compreende-se que “trabalhar para restabelecer relações harmônicas com a natureza é indissociável de um projeto social que aponta para a harmonização das relações entre os humanos, mais especificamente entre os homens e as mulheres” (Sauv , 2005, p. 32).

  importante considerar a reflexão de Puelo (2019) quando afirma que a “a teoria ecofeminista constitui um dos desenvolvimentos mais promissores do pensamento feminista para os tempos da mudança climática” (Puelo, 2019, p. 164). Em sua análise, a autora destaca o ideal ecofeminista e seu caráter disruptivo, uma vez que inter-relaciona a crítica ao androcentrismo correlacionada à crítica ao antropocentrismo. A teoria ecofeminista problematiza as consequências de um meio ambiente contaminado na saúde das mulheres; nesse debate, Puelo (2019) cita a representante da corrente essencialista do ecofeminismo, Mary Daly, a qual destaca que as mulheres possuem uma consciência biofílica, de valorização da vida. Entretanto, Puelo entende que o *ecofeminismo bioc trico*   uma linha problemática para o feminismo, pois se afasta do princ pio da qualidade de vida, dignidade e bem-estar das mulheres, apelando para o “sentido do sagrado aplicado   natureza” (Puelo, 2019, p. 168).

O sistema de controle patriarcal, responsável pela exploração e opressão das mulheres, é o mesmo impositor da destruição da natureza. Nesse sentido, a participação das mulheres na contestação e luta contra o sistema opressivo de dominação masculina assenta-se na necessidade de superação das desigualdades e injustiças socioambientais. O pensamento ecofeminista questiona e procura desconstruir a lógica de dominação patriarcal, reivindicando um contexto coletivo de integração com a natureza e de respeito a todas as formas de vida. Nessa perspectiva, visa a “superação dos dualismos hierárquicos que permitem a exploração da natureza” (Kuhnen, 2017, p. 84). Tais dualismos hierárquicos sustentam a lógica da dominação, o antagonismo e a subdivisão de classe — historicamente evidenciado entre o homem e a mulher — mantendo o sistema de reprodução das desigualdades e a discriminação relacionadas ao gênero feminino.

Diante disso, as mulheres carregam as marcas da opressão, expressas nas dificuldades de inserção no mercado de trabalho e no exercício de atividades menos remuneradas e de menor prestígio social. Isso ocorre porque a questão de gênero define condições de exclusão e pobreza, atreladas à desvalorização laboral e à marginalização de certas profissões. De acordo com Camardelo, Corrêa e Sterdile (2017): “A mulher parece estar sempre em uma subcategoria em relação ao homem, e isso se atribui ao que ela realiza. Assim sendo, por ser ‘menos complexa’, a tarefa feminilizada acaba sendo desvalorizada e, portanto, menos remunerada” (Camardelo; Corrêa; Sterdile, 2017, p. 158).

Nesse debate, cumpre destacar que o contexto da pesca artesanal no atual sistema capitalista de produção econômica, diretamente afetado por conflitos e impactos socioambientais, os quais são intensificados pelas mudanças climáticas, acarretando a violação de direitos das populações tradicionais e destruição ambiental. Nestas comunidades, salientamos o relevante papel das mulheres, em especial, das trabalhadoras da pesca artesanal, na construção de uma visão distinta sobre a relação que o ser humano estabelece com a natureza, na perspectiva de suplantar formas exploratórias do meio ambiente, uma vez que suas estruturas de sobrevivência, bem como a sua história, memórias e saberes técnicos e culturais dependem da preservação dos ecossistemas.

Flores *et al.* (2024), em estudo sobre os processos que integram a dinâmica do trabalho das pescadoras artesanais do litoral de Pernambuco, no Brasil, pontua enquanto elementos destrutivos na determinação social da saúde destas trabalhadoras, alguns fatores, no qual, em especial, podemos citar: a inexistência de jornada de trabalho fixa; a extensa exposição ao sol e à água salgada e poluída; a constante sobrecarga de trabalho; a existência de uma dupla e tripla jornada de trabalho. Além disso, as autoras destacam a dificuldade de acesso destas trabalhadoras à utilização de equipamentos de proteção individual, as dificuldades de comercialização dos pescados — evidenciando um baixo potencial lucrativo e a necessidade

das mulheres pescadoras complementarem sua renda realizando outras atividades laborais a fim de garantir a segurança alimentar da sua família. Ainda assim, a pesquisa evidenciou a existência de relações desiguais de gênero, classe e raça na pesca artesanal (Flores *et al.*, 2024). Desse modo, comentam as autoras citadas, que o trabalho das pescadoras artesanais é impactado pela ausência de uma estrutura adequada que possa garantir o transporte e o armazenamento correto do produto pesqueiro, permitindo manter a sua qualidade. Em vista disso, sua autonomia no processo produtivo e de comercialização do pescado é prejudicada, fazendo com que estas trabalhadoras recorram, muitas vezes, aos atravessadores como alternativa para escoar sua produção de forma mais rápida.

## MULHERES PESCADORAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Articulada ao contexto da dinâmica dos processos de trabalho das mulheres pescadoras, a Educação Ambiental revela-se um campo potente para transformar realidades opressivas ao ser humano, bem como exploratórias da natureza, quando alinhada à Educação Popular, uma vez que atua a partir das comunidades e de seus saberes. Para ser verdadeiramente transformadora, a Educação Ambiental deve adotar uma postura freireana de escuta e valorização das memórias e dos conhecimentos acerca dos processos de trabalho, os quais envolvem a integração dessas populações tradicionais com a natureza. Nesse sentido, importa ouvir antes de falar, aprendendo com os saberes que são compartilhados, que garantem a subsistência destes povos. Esta abordagem desafia a lógica da *modernidade*, caracterizada como um modelo de desenvolvimento que gera poluição, esgotamento de recursos e desigualdade, cujas políticas de preservação frequentemente ignoram as vozes das comunidades afetadas.

Neste contexto, a Educação Ambiental não-formal surge para restabelecer o vínculo rompido entre ser humano e natureza. Conforme Enrique Leff, é preciso contrapor à racionalidade econômica dominante — fundada no lucro e na mercantilização — uma racionalidade ambiental. Este paradigma alternativo se baseia na complexidade ecológica, na justiça cognitiva e no diálogo entre saberes, promovendo uma economia política fundada na "productividad ecológica y la diversidad cultural" (Leff, 2004, p. 136). Trata-se de um projeto epistemológico e político que privilegia a produtividade dos ecossistemas e a gestão democrática dos territórios.

Iniciativas como o PEA FOCO materializam essa racionalidade. Ao fortalecer o protagonismo das mulheres pescadoras e valorizar seus saberes locais, o projeto constrói alternativas concretas ao extrativismo, demonstrando que o ambiente é uma questão de "poder e saber" (LEFF, 2006, p. 92). Na pesca artesanal, compreender e valorizar o papel das mulheres

é fundamental. Elas não são apenas sujeitas de políticas, mas detentoras de conhecimentos que fortalecem a educação não-formal. Suas atividades criam redes sociais e "capital social", como observou Woortmann (1992, p. 44), tecendo laços comunitários essenciais para a defesa de interesses coletivos e a sobrevivência cultural.

No entanto, a mulher também participava do mercado. Indiretamente, 'silenciosamente', através da salga do pescado, que possibilitava a transformação do peixe em mercadoria. Diretamente, através de seu artesanato e da coleta, estabelecendo vínculos distintos daqueles dos homens; mais que uma simples atividade econômica, tratava-se da construção de redes de patronagem, úteis para a família como um todo, em momentos de crise. Era menos uma questão de ganhar dinheiro - pois o dinheiro era menos importante naquele tempo, e era baixo o valor monetário desse trabalho feminino - que de construir um 'capital social' como meio de acesso a serviços médicos, quando a possibilidade de cura ultrapassava os recursos da medicina tradicional; a empregos; a pequenos empréstimos monetários etc. A mulher, portanto, tecia não apenas redes de pesca, mas também redes sociais (Woortmann, 1992, p. 44).

A atividade pesqueira vai além da captura do pescado, envolvendo também o processamento e a comercialização, etapas em que as mulheres têm participação majoritária, embora muitas vezes invisibilizadas. Como apontou Luceni Hellebrandt (2017, p. 42):

Em resumo, o primeiro fator que contribui para a invisibilidade das mulheres na pesca é uma gestão preocupada apenas com os estoques, ordenamento de captura e produção, que assimila a ideia de que mulher não pesca e só realiza atividades reprodutivas complementares, sendo o homem único agente produtivo nas comunidades pesqueiras. Porém, a atividade pesqueira é mais ampla que a única etapa de capturar o peixe. Por exemplo, é necessário transformá-lo para consumo, e é nas etapas após a captura, como processamento e comercialização, que percebemos que a maioria das pessoas envolvidas são mulheres.

O Decreto-Lei 11.959/09 (BRASIL, 2009) reconhece legalmente atividades como reparos de equipamentos e processamento do pescado como parte integrante da pesca artesanal. No entanto, o trabalho das mulheres, embora essencial, é frequentemente desvalorizado e invisibilizado. Além disso, elas ainda assumem as responsabilidades domésticas e o cuidado dos filhos, muitas vezes conciliando essas tarefas com o trabalho no beneficiamento do pescado. Como destacou Danièle Kergoat (2016, p. 50):

Divisão sexual do trabalho caracteriza-se pela designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva assim como, ao mesmo tempo, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc). Essa forma de divisão social tem dois princípios organizadores: - o princípio de separação (há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) - o princípio hierárquico (um trabalho de homem 'vale' mais do que um trabalho de mulher). O fato desses dois princípios organizadores se encontrarem em todas as sociedades conhecidas e de serem legitimados pela ideologia naturalista, não quer dizer, contudo, que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável. Pelo contrário, suas modalidades concretas variam muito no tempo e no espaço como demonstraram etnólogos/as e historiadores/as.

Essa divisão sexual do trabalho, que atribui menor valor ao trabalho feminino, é reforçada pela construção social do gênero, que condiciona as mulheres a uma posição de subserviência. Como destacou Fonseca et al. (2016, p. 9):

[...] quando as mulheres da comunidade realizam atividades produtivas, estas são entendidas como estar a ajudar os seus respectivos maridos embora a responsabilidade pela atividade seja compartilhada de forma igualitária. Do outro modo, nas atividades reprodutivas, quando os homens realizam alguma tarefa é considerado que eles estão ajudando as suas esposas, sendo elas as responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidado com a família.

A desigualdade de gênero e a invisibilização do trabalho das mulheres na pesca artesanal são desafios que precisam ser enfrentados. A Educação Ambiental, entendida como um instrumento transformador, deve incluir a participação ativa das comunidades e das pessoas diretamente afetadas pelas políticas públicas. Caso contrário, corre o risco de se tornar mais um mecanismo de manutenção das desigualdades. Pereira aduz que (2006, p. 53):

[...] temos o dever, como educadores, de propor novas possibilidades, quando essa constitui motivo de alienação e mantenedora do *status quo*, construindo coletivamente conhecimentos, ampliando a compreensão da realidade complexa e chegando a alternativas aceitas como válidas para o grupo ou classe social (grifo da autora).

Portanto, a Educação Ambiental que defendemos deve ser popular, humana e centrada nas periferias e comunidades, ouvindo atentamente as vozes daqueles que são frequentemente silenciados.

## EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA: AS EXPERIÊNCIAS DO COLETIVO PAÑUELOS EN REBELDÍA E O PEA FOCO

A intensificação da exploração de petróleo em águas profundas, notadamente no pré-sal, nas bacias de Campos (entre Vitória, no Espírito Santo, e, Arraial do Cabo, no Rio de Janeiro), Santos (do litoral sul do Rio Janeiro à Santa Catarina), e atualmente, na margem Equatorial (foz do Rio Amazonas), eleva exponencialmente os riscos de acidentes de grandes proporções. Diferentemente de desastres em terra (*on shore*), os eventos *offshore* envolvem complexa logística de contenção e são agravados pela ação de correntes marítimas, ventos e marés, que podem dispersar o óleo por vastas extensões da costa.

No Brasil, os Planos de Emergência Individuais (PEI) são condicionantes para o licenciamento de operação, visando mitigar esses riscos. No entanto, a robustez legal não se traduz, necessariamente, em eficácia prática, dada a defasagem de recursos das agências fiscalizadoras e a pressão constante pelo afrouxamento das normas. Os impactos de um eventual desastre transcendem o ambiente físico, atingindo frontalmente as populações litorâneas. Cerca de 50 milhões de brasileiros (25% da população) residem em municípios costeiros, e estima-se que mais de 1 milhão dependam diretamente da pesca artesanal, incluindo um contingente majoritário de mulheres nas etapas de beneficiamento e comercialização (IBGE, 2020). Um derramamento de óleo tem o potencial de afetar drasticamente a subsistência dessas comunidades, destruindo não apenas ecossistemas vitais como manguezais e recifes, mas também provocando um verdadeiro etnocídio ao desestruturar modos de vida e saberes tradicionais.

É nesta lacônica entre a omissão estatal e a vulnerabilidade imposta pelo extrativismo que a auto-organização das mulheres emerge como estratégia central de resistência. A degradação ambiental que afeta a pesca artesanal exige respostas ancoradas em experiências de, como a praticada pelo coletivo *Pañuelos en Rebeldía*. Sua pedagogia, como define Korol (2007), é "inconveniente" e subversiva, transformando o corpo das mulheres em território de palavra e ação política. Esta abordagem desafia as regras do poder e provoca tanto o feminismo quanto a Educação Popular tradicional, partindo da experiência corporal para desorganizar hierarquias e criticar certezas impostas. A pedagogia de *Pañuelos en Rebeldía* articula uma crítica anticapitalista — herdada do marxismo — com a dimensão espiritual e comunitária da teologia da libertação, construindo um "poder popular" a partir dos movimentos sociais. Seu

método é a crítica e autocrítica permanentes, priorizando perguntas que abram caminhos sobre respostas fechadas. O horizonte é a construção de um socialismo feminista e anti-imperialista, gestado nas lutas territoriais cotidianas. Esta perspectiva ecossistêmica, que resgata saberes dos povos originários, é fundamental para uma análise interseccional que articule gênero, classe, raça e natureza no enfrentamento ao extrativismo.

Portanto, a integração entre pedagogias feministas, economia solidária e defesa territorial — exemplificada pelo PEA FOCO no Norte Fluminense e pela prática teórica de *Pañuelos en Rebeldía* na Argentina — não apenas visibiliza saberes tradicionais, mas gera formas concretas de organização contra-hegemônica. Conclui-se que a justiça socioambiental é indissociável do protagonismo das mulheres, especialmente negras, indígenas e pobres, que estão na linha de frente do conflito ecológico.

### **1. *Pañuelos en Rebeldía* - Argentina**

O coletivo *Pañuelos en Rebeldía* é uma referência em Educação Popular na Argentina e América Latina, articulando lutas anticapitalistas, antipatriarcais e anticoloniais através de símbolos como os lenços das Mães da Praça de Maio e as bandeiras zapatistas. O trabalho do grupo, inspirado em Paulo Freire, promove formação política crítica com movimentos sociais, enfatizando a sistematização de experiências e a criação coletiva de conhecimento. Atuam em eixos como direitos humanos, defesa dos territórios indígenas, arte militante e pesquisa participativa, fortalecendo redes latino-americanas de educadores populares. A pedagogia rebelde desenvolvida pelo coletivo, combate a criminalização da pobreza, a feminização da resistência e a recolonização neoliberal, propondo alternativas de emancipação baseadas no protagonismo das pessoas oprimidas, conforme Claudia Korol (2007). Trata-se de um coletivo que integra arte, feminismo e Educação Popular, usando metodologias como *talleres* (oficinas) para discutir violência de gênero e direitos reprodutivos. Atua com destaque na articulação entre lutas urbanas e rurais, com críticas ao extrativismo e à precarização do trabalho feminino.

A pedagogia rebelde desse coletivo, que combina arte e formação política (FREIRE, 1970), oferece um modelo para as pescadoras artesanais enfrentarem a dupla invisibilidade: como mulheres e como trabalhadoras do processamento do pescado. As oficinas (*talleres*) sobre economia feminista poderiam ser adaptadas para valorizar saberes tradicionais das pescadoras, hoje marginalizados pelas políticas ambientais conservadoras.

## 2. PEA FOCO

O PEA FOCO — Projeto de Educação Ambiental para Fortalecimento da Organização Comunitária — está sob a responsabilidade da empresa norueguesa, Equinor Energias com sede no Rio de Janeiro, Brasil. O projeto visa à mitigação dos impactos da produção de petróleo e gás sendo uma das condicionantes do Licenciamento Ambiental Federal do Brasil, no Campo de Peregrino, na Bacia de Campos (RJ). Esse processo é conduzido pelo IBAMA (2010), por meio da Coordenação da Produção de Petróleo e Gás – COOPROD (RJ), pertencente à Diretoria de Licenciamento (DILIC).

Ao completar uma década de atuação em 2023, o projeto consolidou-se como uma importante iniciativa de Educação Ambiental Crítica e fortalecimento comunitário na região. Com atenção especial no protagonismo feminino, o PEA FOCO já envolveu um grande número de mulheres dos municípios de São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Cabo Frio, Armação dos Búzios e Arraial do Cabo, promovendo capacitação, reconhecimento profissional e fortalecimento organizacional. No início de 2021, sob a orientação da COOPROD/IBAMA o PEA FOCO se estendeu para os municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, em decorrência da condicionante de licença da empresa Perenco Petróleo e Gás do Brasil Ltda., operadora do Polo Pargo na Bacia de Campos. De acordo com o IBAMA 2024, p. 46): “o projeto deverá ser denominado PEA FOCO PERENCO, para que se tenha a percepção de um único projeto, ainda que seja subsidiado por empresas distintas”. Dessa forma, a execução *in loco* do PEA FOCO manteve-se sob a coordenação de uma única empresa de consultoria, garantindo a metodologia e a fidelidade ao público-alvo: mulheres da cadeia produtiva da pesca.

A metodologia participativa do projeto, baseada no diálogo e nas demandas locais, permitiu a realização de diversas ações transformadoras. Entre os principais resultados estão a implementação de duas cozinhas pedagógicas (em São Francisco do Itabapoana e São João da Barra) para oficinas de culinária e economia solidária, a emissão de carteiras de pesca que tiraram mulheres da invisibilidade na cadeia produtiva pesqueira, e a criação, em 2014, da Associação de Mulheres Apoiadoras do PEA-FOCO, que garante a participação feminina em fóruns e conselhos municipais, a formação de educadoras populares, fortalecendo lideranças comunitárias. As cozinhas pedagógicas do PEA FOCO ressignificam o cuidado, tradicionalmente atribuído às mulheres, como um ato coletivo de resistência (TRONTO, 2018). Essa experiência é crucial para repensar a participação das pescadoras nos conselhos ambientais, costumeiramente dominados por homens.

O reconhecimento do trabalho veio em 2018, quando o PEA FOCO recebeu o CEO's SSU Award<sup>4</sup>, premiação global da Equinor que destaca as melhores iniciativas de sustentabilidade da empresa. Durante a pandemia, o projeto se adaptou ao formato remoto, mantendo o engajamento das participantes e ampliando as discussões para incluir temas como tecnologia e metodologias de trabalho.

Como parte integrante do licenciamento ambiental, o PEA FOCO continuará suas atividades durante toda a vida útil do campo de Peregrino, contribuindo para a integração das mulheres nos espaços econômico, social e ambiental da região, sempre respeitando as dinâmicas comunitárias locais. Em 2024 já como resultante da ampliação do PEA FOCO nos municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes, foram criadas duas associações de mulheres, uma em cada município fazendo jus à metodologia de fortalecimento da organização comunitária. Na região do Lagos municípios de Cabo Frio, Armação dos Búzios e Arraial do Cabo, foi diagnosticado pelas equipes do projeto que já existiam grupos organizados compostos por mulheres. Dessa forma, optou-se por fortalecer tais grupos em vez de criar novas organizações (CALDASSO, p. 241).

## **PARA PENSAR O FUTURO E CONCLUIR: COMO ESSAS PRÁTICAS DESAFIAM O NEOLIBERALISMO?**

Com o aumento da dependência dos recursos naturais e a necessidade crescente de exploração de petróleo em maiores profundidades, o que impõe desafios adicionais à engenharia, os riscos de acidentes tornam-se significativos. Apesar da robustez da legislação brasileira sobre desastres ambientais, especialmente aqueles envolvendo petróleo, sua implementação ainda é incipiente, e a fiscalização enfrenta obstáculos devido à defasagem de pessoal nas instituições e agências reguladoras. Soma-se a forte pressão exercida por empresas e pela mídia, que almejam fragilizar as legislações e burlar as regras.

A população litorânea, que representa uma parcela significativa do país, é altamente vulnerável a acidentes com petróleo, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental. Portanto, é essencial fortalecer políticas de prevenção, resposta rápida e compensação, de modo a proteger essas comunidades e seus meios de subsistência. Nesse contexto, a atuação das mulheres pescadoras, que vivem em áreas potencialmente em risco diante de um desastre, mostra-se relevante, pois apresenta um grande potencial enfrentar os riscos com instrumentos e qualificação, a fim de que possam atuar com eficiência, caso seja exigida a participação da

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.equinor.com.br/noticias/projeto-de-educacao-ambiental-pea-foco-da-equinor-celebra-dez>

comunidade. Além disso, torna-se necessário o enfrentamento político nos espaços de decisão, garantindo qualidade no acesso a direitos em suas comunidades. Outrossim, constitui-se também como um desafio a construção de processos participativos e de mobilização popular, que permitam que as mulheres sejam ouvidas e atendidas em suas necessidades, bem como nas demais questões que as afetem.

## Referências

CALDASSO, Liandra Peres. *A Interface entre Economia e Direito no Debate sobre Direitos de Propriedade para Recursos Comuns: o Caso das Reservas Extrativistas Marinhas para a Co-gestão Pesqueira no Brasil*. 2015. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPED/Teses/2015/LIANDRA%20PERES%20CALDASSO.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2025.

CAMARDELO, Ana Maria Paim; CORRÊA, Laís Duarte; STÉDILE, Nilva Lúcia Rech. Mulheres catadoras: a relação entre a desigualdade de sexo, a pobreza e o “lixo”. In: FERRI, Caroline; CAMARDELO, Ana Maria Paim; OLIVEIRA, Mara (Orgs.). *Mulheres, desigualdade e meio ambiente*. Caxias do Sul: Educs, 2017. p. 147-164.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA. *Resolução CONAMA nº 398, de 23 de março de 2008*. Brasília, DF, 2008. Disponível em: [http://conama.mma.gov.br/?option=com\\_sisconama&task=arquivo.download&id=556](http://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=556). Acesso em: 22 ago. 2025.

FLORES, Mariana Gurbindo et al. Processos críticos protetores e destrutivos no trabalho das pescadoras artesanais do litoral Pernambucano, Brasil. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 29, n. 7, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/ZXSxcrnKDFsYNpNLd5jtP4G/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2025.

FONSECA, Marília et al. O papel das mulheres na pesca artesanal marinha: estudo de uma comunidade pesqueira no município de Rio das Ostras. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, Lisboa, v. 16, n. 2, p. 231-241, jun. 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREITAS, Marcel de Almeida; NORONHA, Inês de Oliveira. *Movimentos sociais e educação: mútuas influências*. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36704/9786586832167>.

HELLEBRANDT, Luceni Medeiros. *Mulheres da Z3 – o camarão que “come” as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca*. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.



OCHOA, Luz Maceira. *El sueño y la práctica de sí. Pedagogía Feminista: una propuesta*. México: El Colégio de México, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: ONU, 1992.

ORTMANN, Elen. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 18, p. 41-61, fev. 1992.

OST, François. *A natureza à margem da lei: ecologia à prova do direito*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

PEREIRA, Maria Odete da Rosa. *Educação Ambiental Com Pescadores Artesanais: um convite à participação*. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2006. Disponível em: [https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/tde\\_arquivos/5/TDE-2006-07-03T141639Z-31/Publico/Dissertacao%20Maria%20Odete.pdf](https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/tde_arquivos/5/TDE-2006-07-03T141639Z-31/Publico/Dissertacao%20Maria%20Odete.pdf). Acesso em: 12 abr. 2023.

PULEO, Alicia. Perspectivas ecofeministas da ciência e do conhecimento: a crítica ao viés andro-antropocêntrico. Em *Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência*, [S. l.], n. 5, 2019. DOI: 10.12957/emconstrucao.2019.41236. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/emconstrucao/article/view/41236> . Acesso em: 14 jan. 2026.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (Orgs.). *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 11-44.

SOUZA, Marina Pinto Guerra de. *Simulação da dispersão de óleo na Baía do Espírito Santo usando o modelo numérico MOHID 2D*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: [https://engenhariaambiental.ufes.br/sites/ambiental.ufes.br/files/field/anexo/simulacao\\_da\\_dispersao\\_de\\_oleo\\_na\\_baia\\_do\\_espirito\\_santo\\_usando\\_o\\_modelo\\_numerico\\_mohid\\_2d.pdf](https://engenhariaambiental.ufes.br/sites/ambiental.ufes.br/files/field/anexo/simulacao_da_dispersao_de_oleo_na_baia_do_espirito_santo_usando_o_modelo_numerico_mohid_2d.pdf). Acesso em: 23 set. 2025.

TRONTO, Joan. *El futuro del cuidado*. 1. ed. Barcelona: Herder, 2022.